

# **CLIPPING DE ATUALIZAÇÕES**

edição 02 de 2024

Apresentação	1
Andamento dos concursos	2
Projetos em Destaque	4
Atualizações Legislativas de Destaque	
Alterações Jurisprudenciais de Destaque	
No âmbito do STF	
No âmbito do STJ	
Atualizações nos Cursos	
Direito do Consumidor	
Legislação Penal Especial	
Direito Constitucional	
Direito Penal	
Artigos do Blog	10
Fechamento	

# **APRESENTAÇÃO**



Caros, alunos! Seja bem-vindo ao nosso *clipping* de atualizações dos cursos do Estratégia Carreira Jurídica. É um pedido frequente de nossos alunos informar as atualizações operadas nos cursos.

Hoje, mais 80 professores participam do site. Posso garantir que todos os dias a plataforma recebe novos conteúdos. Novos LDIs são lançados, novos PDFs publicados, novos vídeos acrescentados aos cursos, novas questões inseridas nas bases, novas faixas de áudio são publicadas. Isso sem considerar os ajustes e atualizações aos conteúdos já existentes. Sabemos muito bem como é rica nossa produção legislativa e jurisprudencial. Sabemos igualmente como isso repercute em provas.

É impossível e pouco profícuo detalhar absolutamente todas as atualizações, porém, é imprescindível que você saiba quais são modificações mais importantes deste *corpo vivo* que é plataforma de Carreiras Jurídicas. Com esse propósito e a partir de *feedbacks* recebidos por nossos alunos, faremos publicar, mensalmente, este *clipping*, o qual trará:

- 1. projetos em destaque na Coruja Jurídica;
- 2. atualizações legislativas de destaque;
- 3. atualizações jurisprudenciais de destaque;
- 4. novas provas inseridas em nossas bases de questões; e
- 5. atualizações promovidas em nossos materiais, especialmente nos LDIs, PDFs e videoaulas.



- 6. sistema de questões
- 7. estudo estratégico

Continuamos firmes no propósito de manter a excelência de nossa plataforma para os concursos jurídicos.

Antes de começar, algumas notas:

- a) Nesta edição, consideramos as alterações promovidas na plataforma de 09 de fevereiro de 2024 a 23 de fevereiro de 2024.
- b) qualquer crítica, dúvida ou relato de desatualização nos procure em <u>eci@estrategia.com</u>, canal direto de comunicação com a coordenação do curso.

\*\*\*\*\*

### ANDAMENTO DOS CONCURSOS



Caros alunos, as últimas semanas continuaram movimentadas com diversas notícias relevantes, que indicam que o semestre deve continuar intenso, com várias oportunidades.

Sintetizo as principais notícias envolvendo concursos jurídicos dos últimos dias. Caso deseje, deixamos link para acesso à notícia completa em nosso blog.

#### **Procuradorias**

Concurso PGM Barra Mansa RJ: A **Prefeitura de Barra Mansa,** no estado do Rio de Janeiro, publicou edital com oferta de 13 vagas, sendo *3 para* 

Procurador e 10 para Analista Jurídico com vencimento inicial de R\$ 1.320,00 (Concurso PGM Barra Mansa RJ).

As **inscrições** estarão abertas a partir do dia **26 de fevereiro e seguem até o dia 27 de março**, no site da banca, o Nosso Rumo. A taxa de inscrição foi fixada em R\$ 93,00.

As Provas serão realizadas no dia 28/04/2024.

<u>Concurso PGM Mossoró RN:</u> Foi publicado o aguardado edital do **Concurso PGM Mossoró RN**. De acordo com o documento, são ofertadas 15 vagas para **Procurador Municipal (7) e Analista de Procuradoria (8).** 

As inscrições poderão ser efetuadas entre os dias **28/02 a 28/03**, no site do Cebraspe, ao custo de R\$ 130,00 e R\$ 200,00.

Já as provas objetivas serão aplicadas em 21 de julho (Procurador) e 28 e julho (Analista)!

### Delegado

<u>Concurso Delegado PE:</u> A prova objetiva do **Concurso Delegado PE** teve a data mantida. A decisão foi da juíza Milena Flores Ferraz Cintra.

A Ação Civil Pública solicitava a reabertura de inscrições, o deferimento das inscrições dos candidatos que possuam quaisquer das condições listadas no item 11.17 do edital e a adaptação do Teste de Aptidão Física (TAF) às pessoas com deficiência.



São ofertadas 45 vagas para o concurso Delegado PE. As oportunidades são de nível superior de escolaridade em Direito, 3 anos de experiência e CNH tipo B. Conta com salários iniciais de **R\$10.930,51**.

#### **Defensorias**

<u>Concurso DPE PE Defensor:</u> A <u>comissão</u> responsável pela organização do **Concurso DPE PE Defensor** está formada. Os nomes dos membros da comissão foram divulgados no *Diário Oficial da Defensoria*. Confira abaixo documento completo:

Vale lembrar que o regulamento do concurso já foi publicado. As vagas ainda não foram definidas, mas para concorrer ao cargo é necessária a graduação em Direito e 3 anos de prática jurídica, Vale lembrar que o estágio de graduação é considerado para a prática jurídica.

### Magistratura

<u>Concurso Magistratura MT:</u> A Presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, Clarice Claudino, revelou em entrevista recente a iminência da publicação do próximo edital para o cargo de Juiz Substituto (Concurso Juiz TJMT).

A divulgação está prevista para os próximos meses, conforme anunciado por Claudino, que destacou que as oportunidades serão abertas através da promoção de recém-nomeados desembargadores e da realocação de servidores.

<u>Concurso Magistratura PA:</u> Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Pará autorizaram a abertura do tão aguardado Concurso Público para ingresso na Magistratura.

Na ocasião, também foram selecionados os integrantes da Comissão de Concurso.

Segundo a presidente do TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, o concurso público oferecerá uma média de 40 vagas.

É importante destacar que o concurso ocorrerá após o Exame Nacional da Magistratura (ENAM), previsto para abril deste ano. A inscrição para o concurso de juiz ou juíza do TJPA será permitida somente para os candidatos que obtiverem êxito no ENAM.

<u>Exame Nacional da Magistratura:</u> O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deliberou unanimemente a diminuição da nota de corte para candidatos com deficiência e também a extensão do tempo de prova em até 60 minutos no **Exame Nacional da Magistratura (ENAM)**. Outro ponto importante é de que, como não há oferta de vagas, também não há concorrência, logo o candidato para ser habilitado precisa acertar o mínimo de 70% da prova, exceto para negros, indígenas e pessoas com deficiência, que será de 50%. Confira <u>aqui</u> a retificação!

Além disso, um **acordo** firmado entre a Fundação Getúlio Vargas e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai permitir que **mais pessoas negras e indígenas** concorram à carreira da magistratura no Brasil.

O plano de trabalho prevê apoio psicológico e concessão de dois benefícios: Bolsa de Estudo em cursos preparatórios; e Bolsa Manutenção, por dois anos.

A meta é de que a **bolsa de estudos seja de R\$ 3 mil reais aos candidatos habilitados na prova do ENAM.** Esse auxílio terá a validade de 2 anos. Isso aumentaria a competitividade e também a diversidade. <u>Saiba mais aqui!</u>

• • • • • • • • • • •

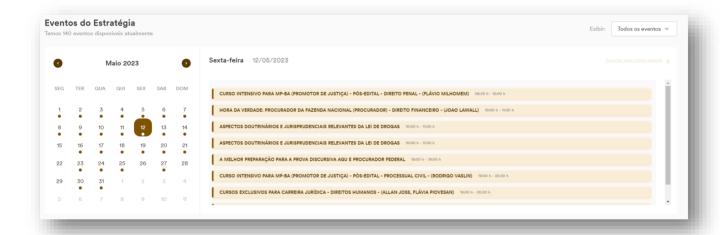


## PROJETOS EM DESTAQUE



Aqui é Igor Maciel, coordenador pedagógico do Estratégia Carreira Jurídica. Atualizo, de forma objetiva, alguns projetos de destaque, destinados aos nossos assinantes.

Como temos diversos concursos em fases avançadas (provas escritas ou orais), vamos organizar os projetos pela fase do certame. Importante ressaltar que existem diversos projetos já em andamento, que se iniciaram antes do período de apuração desta edição. Esses projetos todos podem ser acompanhados no calendário de eventos, que consta da mesa de estudos.



Dentre os nossos projetos de 2024, destacamos os sequintes:

• Curso de Direito Eleitoral II para Carreiras Jurídicas 2024 - Prof. Ricardo Torques (<u>assista aqui</u>)

- Curso de Controle de Constitucionalidade para Carreira Jurídica 2024 Prof. Nelma Fontana (<u>assista aqui</u>)
- Curso de Direito Tributário para Carreira Jurídica 2024 Prof. Felipe Duque (assista aqui)
- Curso Fazenda Pública para Carreira Jurídica 2024 Prof. Igor Maciel (assista aqui)

Além disso, para nossos assinantes, de forma exclusiva e gratuita, teremos os seguintes cursos de prova oral:

\*\*\*\*\*\*

1- Curso Oral Presencial em São Paulo - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Juiz)



Dias 02 e 03 de março

Link: <a href="https://cj.estrategia.com/curso/tj-sp-juiz-substituto-curso-presencial-para-fase-oral-dias-03-">https://cj.estrategia.com/curso/tj-sp-juiz-substituto-curso-presencial-para-fase-oral-dias-03-</a>

e-04-03-24/

#### 2- II Curso Oral Presencial em São Paulo - Magistratura do Trabalho (Juiz)

Dias 16 e 17 de março

Link: https://cj.estrategia.com/curso/magistratura-do-trabalho-juiz-curso-presencial-para-fase-oral-dias-16-e-17-03-24

#### 3- Curso Oral Presencial em São Paulo - PC-SP (Delegado)

Dias 04 e 05 de maio.

Link: <a href="https://cj.estrategia.com/curso/pc-sp-delegado-curso-online-para-prova-oral-2023-pos-edital">https://cj.estrategia.com/curso/pc-sp-delegado-curso-online-para-prova-oral-2023-pos-edital</a>

\*\*\*\*\*\*\*

Lembramos mais uma vez que criamos grupos de comunicação específicos para nossos alunos, de acordo com a carreira pretendida. Sugerimos que ingressem neles, para que fiquem bem informados sobre tudo que acontece na carreira, concursos e nossos cursos. Estes os links:

- Cartórios
- Defensoria
- Delegados
- Magistratura
- Procuradorias
- Promotorias

# ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS DE DESTAQUE



Olá, sou Yasmin Ushara, coordenadora do projeto de Rodadas e das Mentorias do Estratégia Carreiras Jurídicas, e aqui venho destacar alterações legislativas relevantes desta edição (09 a 23 de fevereiro de 2024), para deixá-lo a par das novidades legais que possam impactar em futuras provas na área jurídica. Não destacaremos tudo, mas apenas as mais relevantes. Lembro que os professores, na medida em que desenvolverem os conteúdos, reportarão as novidades nos respectivos cursos escritos e em vídeo.

Nesta edição, não tivemos publicação de novas leis.

\*\*\*\*\*



## ALTERAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DE DESTAQUE



Continuo aqui com vocês para tratar, com o mesmo objetivo, dos destaques envolvendo a jurisprudência, especialmente dos tribunais superiores. Rica como é, temos vários temas que podem ser objeto de prova, todos apurados nos últimos dias.

Ressaltamos que estes precedentes serão comentados pelo Professor Jean Vilbert no Informativo Estratégico:

- O Informativo Estratégico STF
- O Informativo Estratégico STJ

## No âmbito do STF

### Limitação de vagas para mulheres em concurso público da polícia militar

A reserva de vagas para candidatas do sexo feminino para ingresso na carreira da Polícia Militar, disposta em norma estadual, não pode ser compreendida como autorização legal que as impeça de concorrer à totalidade das vagas disponíveis em concursos públicos, isto é, com restrição e limitação a determinado percentual fixado nos editais. (ADI 7.492/AM, relator Ministro Cristiano Zanin, julgamento virtual finalizado em 09.02.2024 - Informativo 1.123)

# Aposentadoria compulsória no âmbito estadual: aumento da idade para membros de determinadas carreiras em parâmetro distinto ao fixado pela Constituição Federal

É inconstitucional norma de Constituição estadual que estabelece limite etário para aposentadoria compulsória diverso do fixado pela Constituição Federal. (ADI 5.298/RJ, relator Ministro Luiz Fux, julgamento virtual finalizado em 09.02.2024 - Informativo 1.123)

## No âmbito do STJ

# Interpretação do Tema 1199/STF e aplicação art. 11 da LIA pela Lei n. 14.230/2021 (Direito Administrativo)

O entendimento firmado no Tema 1.199/STF aplica-se ao caso de ato de improbidade administrativa fundado no revogado art. 11, I, da Lei n. 8.429/1992, desde que não haja condenação com trânsito em julgado. (AgInt no AREsp 2.380.545-SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 6/2/2024 - Informativo 800)

# Requisito da urgência para a indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativo (Direito Administrativo)

A demonstração do requisito da urgência para a indisponibilidade de bens, prevista no art. 16 da Lei de Improbidade Administrativa (com a redação dada pela Lei n. 14.230/2021), tem aplicação imediata ao processo em curso dado o caráter processual da medida. (AREsp 2.272.508-RN, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por maioria, julgado em 6/2/2024 - Informativo 800)



# Penhora do bem de família para dívida decorrente de contrato de prestação de serviços de reforma residencial (Direito Civil)

É possível a penhora do bem de família para assegurar o pagamento de dívida contraída para reforma deste imóvel. (REsp 2.082.860-RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 6/2/2024 - Informativo 800)

# Destituição do poder familiar por negligência dos pais em caso de abuso sexual. (Direito da Criança e do Adolescente)

A negligência ou omissão dos genitores ante a grave abuso sexual configura hipótese excepcional de destituição do poder familiar. (Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 6/2/2024 - Informativo 800)

# Intervenção do querelante em *Habeas corpus* impetrado pelo querelado pleiteando o trancamento da ação penal privada subsidiária da pública. (Direito Processual Penal)

É cabível a intervenção do querelante no habeas corpus impetrado pelo querelado com o objetivo de trancar a ação penal privada ou privada subsidiária da pública. (Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 6/2/2024 - Informativo 800)

# Nulidade do mandado de busca e apreensão domiciliar em período noturno. (Direito Processual Penal e Direito Constitucional)

Embora não configure o crime de abuso de autoridade, mesmo que realizada a diligência depois das 5h e antes das 21h, continua sendo ilegal e sujeito à sanção de nulidade cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar se for noite. (Processo em segredo de justiça, Rel. Ministra Laurita Vaz, Rel. para acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, por maioria, julgado em 5/12/2023, DJe 15/12/2023 - Informativo 800)

\*\*\*\*\*\*

# **ATUALIZAÇÕES NOS CURSOS**

Diariamente os cursos do Estratégia são atualizados. Temos uma base ampla de conteúdo com time dedicado de colaboradores, responsáveis por manter tudo funcionando. Não é profícuo relatar todas as atualizações que fazemos.

Há PDFs novos sendo publicados, faixar em áudios recentemente editadas, aulas em vídeo associadas, questões novas cadastradas e inseridas no sistema. Contudo, temos convicção de que algumas alterações você deve conhecer.

O objetivo desta seção, a mais importante do nosso clipping, é justamente descrever as principais alterações havidas em nosso material. Nossa sugestão: leia. Observe os links que direcionarão aos materiais e, em caso de dúvidas, procure o professor pelo fórum de dúvidas ou, por email, o nosso time de coordenação (canto inferior esquerdo, na área do aluno).

--



### **DIREITO DO CONSUMIDOR**

O estudo do Direito do Consumidor foi inserido no conteúdo programático de Direito Civil do Exame Nacional da Magistratura - ENAM. Por isso, elaboramos um curso em pdf e LDI especialmente direcionado para a prova, com as mais recentes e importantes decisões dos Tribunais Superiores em Direito do Consumidor e todas as últimas questões exigidas pela banca - FGV.

Assim, nossos alunos terão uma preparação completa e especialmente voltada para o padrão FGV em todos os temas possíveis de cobrança.

Para acessar o LDI, segue o link: <u>Direito do Consumidor ENAM (estrategia.com)</u>

## LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Em virtude da recente alteração legislativa promovida pela Lei nº 14.811/24, nossa aula de crimes hediondos foi atualizada para contemplar os novos crimes hediondos. A atualização atingiu tanto a aula completa como a simplificada.

Em virtude da recente alteração legislativa promovida pela Lei nº 14.811/24, nossa aula de crimes descritos no ECA foi atualizada para contemplar os arts. 240, §1, e 241-B, ambos do ECA, como novos crimes hediondos. Aproveite o ensejo para acrescentar e reforçar alguns comentários da Lei nº 14.344/22.

Acesse no LDI.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Seguindo a edição da Reforma Tributária, atualizamos nosso material para acrescer as disposições trazidas pela EC 132/2023.

Capítulo 29

Capítulo 30

### **DIREITO PENAL**

Lei n. 14.811/2024: inclusão do novo crime de intimidação sistemática e intimidação sistemática virtual (bullying e cyberbullying), nova majorante para o homicídio praticado contra menor e alteração da majorante do crime de instigação, induzimento ou auxílio ao suicídio ou a automutilação.

--



Apesar de já ter havido a atualização do material, inserção da tese específica da Tese n. 585, do STJ, após a sua atualização pela Corte: "É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, seja ela específica ou não. Todavia, nos casos de multirreincidência, deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade." Além disso, houve decisões sobre fração de aumento em caso de reincidência dupla e reincidência específica, além de reconhecimento da reincidência pelo juízo da execução penal.

--

Quanto aos crimes contra a vida, houve correção do material na transcrição da lei seca, faltava atualizar o artigo 121 por completo, apesar de depois estar atualizado no corpo do texto.

Acesse no LDI.

--

Esclarecimento maior sobre o artigo 54 do CP e a posição doutrinária com o advento da nova redação do artigo 44, inciso I, do CP, na aula de teoria das penas.

Acesse no LDI.

--

Esclarecimento sobre não cabimento da tentativa do crime do artigo 337-A do CP.

--

Novo entendimento do STJ sobre latrocínio e pluralidade de vítimas.

Acesse no LDI.

--

Fixação de tese do STJ sobre a natureza material do artigo 168-A.

--

Fixação de tese do STJ sobre fração de aumento na continuidade delitiva do crime de estupro.

Acesse no LDI.

--



Súmula 658 do STJ - O crime de apropriação indébita tributária pode ocorrer tanto em operações próprias como em razão de substituição tributária.

Acesse no LDI.

--

Súmula 659 do STJ - A fração de aumento em razão da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se 1/6 pela prática de duas infrações, 1/5 para três, 1/4 para quatro, 1/3 para cinco, 1/2 para seis e 2/3 para sete ou mais infrações.

Acesse no LDI.

--

Resolução 487/2023, CNJ: luta antimanicomial.

## **ARTIGOS DO BLOG**

Destacamos abaixo as principais notícias e artigos do nosso blog no período corresponde a esta edição. Para leitura e aprofundamento nos temas, basta acessar os links relacionados:

#### Bebe é decapitado durante parto e médica é acusada de homicídio

Link do blog: <a href="https://cj.estrategia.com/portal/bebe-e-decapitado-durante-parto-e-medica-e-acusada-de-homicidio/">https://cj.estrategia.com/portal/bebe-e-decapitado-durante-parto-e-medica-e-acusada-de-homicidio/</a>

#### Pedido de Impeachment contra Lula já tem mais de 120 assinaturas na Câmara

Link do blog: <a href="https://cj.estrategia.com/portal/pedido-de-impeachment-contra-lula/">https://cj.estrategia.com/portal/pedido-de-impeachment-contra-lula/</a>

#### Análise jurídica do caso Renato Cariani

Link do blog: <a href="https://cj.estrategia.com/portal/analise-juridica-do-caso-renato-cariani/">https://cj.estrategia.com/portal/analise-juridica-do-caso-renato-cariani/</a>

#### Condenação de Daniel Alves

Link do blog: <a href="https://cj.estrategia.com/portal/condenacao-de-daniel-alves/">https://cj.estrategia.com/portal/condenacao-de-daniel-alves/</a>



## **FECHAMENTO**

Amigos, esperamos que vocês tenham gostado do nosso clipping de hoje.

Destacamos que vocês podem acompanhar todos os demais projetos que estão em andamento em nosso calendário, na <u>Mesa de Estudos</u>.

Abraços,

A Coordenação